SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SECMH

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

5ª GESTÃO

Data da Reunião:7 de junho de 2016

Local: Rua Líbero Badaró nº 504 – 10º andar – Auditório da Sala 102 – Centro – SP

Aos sete dias do mês de junho do ano 2016, às 14h, nas dependências do Edifício Martinelli, 10º andar, auditório da sala 102, Rua Líbero Badaró, 504, Centro, em São Paulo, reuniram-se, para a 4ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Habitação – 5ª Gestão 2014/2016, conforme lista de presença, os **Conselheiros (as) do Poder Público**: João Sette Whitaker Ferreira (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Mário Wilson Pedreira Reali (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Denise Lopes de Souza (Conselheira Poder Público/SEHAB); Luiz Fernando Macarrão (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Guilherme Fatorelli Del'Arco (Conselheiro Poder Público/SEL); Geraldo Juncal Júnior (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Celso Aparecido Sampaio (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Rosa Maria Miraldo (Conselheira Poder Público/SP Urbanismo); Cristiane Genofre Zabatiero (Conselheira Poder Público/SEMDET); Roberto Lucca Molin (Conselheiro Poder Público/Sec. Habitação de SP) e Maria Cláudia Pereira de Souza (Conselheira Poder Público/CDHU). **Conselheiros (as) dos Movimentos Populares**: José de Abraão (Cons. Mov. Populares/Assoc. Trab. Sem Terra da Zona Oeste); Benedito R. Barbosa (Conselheiro Mov. Populares/Assoc. Mov. de Moradia R. Sudeste); Maria Barbosa Rastelle (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mov. Mor. Região Sudeste); Carmen da Silva Ferreira (Conselheira Mov. Populares/MSTC); Eliete Calisto da Cruz (Cons. Mov. Pop./Assoc. Amigos do Jd. Ipanema) e Edenilda das Neves Carneiro Sousa (Conselheira Mov. Populares/MDM). **Conselheiros (as) da Sociedade Civil**: Débora Sanches (Conselheira Soc. Civil/Centro Universitário Belas Artes SP); Marco Antônio Florenzano (Conselheiro Soc. Civil/APEMEC); Élcio Sigolo (Conselheiro Soc. Civil/SINDUSCON-SP); Maria Isabel Nobre de Sousa Cabral (Conselheira Soc. Civil/PEABIRU); Rafael Borges Pereira (Conselheiro Sociedade Civil/PEABIRU); Maria dos Anjos B. dos Santos (Cons. Soc. Civil/Centro Gaspar Garcia de Dir. Humanos) e Natasha Mincoff Menegon (Conselheira Soc. Civil/Instituto Pólis). **Ausentes os (as) Conselheiros (as)**: João Leopoldo Wernek de Camargo (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Márcia Maria Fartos Terlizzi (Conselheira Poder Público/SEHAB); Maria Rosa Lazinho (Conselheira Poder Público/SEL); Wagner Germanio (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Patrícia Saran (Conselheira Poder Público/SP Urbanismo); Lilian Cristina de Moraes Calcagno (Conselheira Poder Público/SIURB); Ricardo Rezende Garcia (Cons. Poder Público/SIURB); Fernando José Dias Corrêa (Conselheiro Poder Público/SF); Larissa Carolina de Almeida Marco (Conselheira Poder Público/SF); Alberto Kleinas (Cons. Poder Público/SEMDET); Taís Jamra Tsukumo (Conselheira Poder Público/PROCENTRO); Nuria Pardilhos Vieira (Conselheira Poder Público/PROCENTRO); Nelson Luiz Baeta Neves Filho (Cons. Poder Público/Sec. Habitação de SP); Marcos Rodrigues Penido (Conselheiro Poder Público/CDHU); Lúcia Helena Silva (Conselheira Poder Público/CEF); Antônio Marsura (Conselheiro Poder Público/CEF); José de Jesus F. da Silva (Cons. Mov. Populares/Assoc. dos Trab. Sem Terra Zona Oeste); Sidnei A. Euzébio Pita (Conselheiro Mov. Populares/ULC); Valdeci Gomes (Conselheiro Mov. Populares/ULC); Felícia M. Dias (Cons. Mov. Populares/Assoc. Morar e Preservar da Chác. do Conde F. I); Rosana do Carmo Cruz (Cons. Mov. Pop./Assoc. Morar e Preservar Chác. do Conde F1); Jomarina Abreu Pires da Fonseca (Conselheira Mov. Populares/MSTC); Maria Aparecida Ferreira (Cons. Mov. Pop./Assoc. Amigos do Jd. Ipanema); Edinalva Silva Franco Pereira (Cons. Mov. Populares/AMMPT); Manuel Morizzi (Cons. Mov. Pop./AMMPT); Leandra Gujev de Carvalho (Conselheira Mov. Populares/SAM/MNLM-BR); Guiomar Carlos dos Santos (Conselheira Mov. Populares/SAM/MNLM-BR); José Alves Dias (Conselheiro Mov. Populares/AULFASP); João Alexandre da Silva (Conselheiro Mov. Populares/AULFASP); Valmir Vaz Santos (Conselheiro Mov. Pop./Assoc. de Moradores Conj. Res. Paraíso); Edson Urias Tomaz (Cons. Mov. Populares/Assoc. Moradores do Conj. Res. Paraíso); Edson Morais dos Santos (Cons. Mov. Pop./Assoc. dos Trab. Sem Teto da Z. Noroeste); Maria Elena Ferreira da Silva (Cons. Mov. Pop./Assoc. Trab. Sem Teto Z. Noroeste); Maksuel José Costa (Conselheiro Mov. Populares/MSTI); Ércio José Rodrigues (Cons. Mov. Pop./Mov. Sem Teto do Ipiranga); Dalva Maria de Oliveira (Conselheira Mov. Populares/MDM); Alberto Gomes de O. Vieira (Cons. Mov. Pop. /Assoc. Moradores Favela Jd. Nazaré I); Rosa Maria Beatriz (Cons. Mov. Pop. /Assoc. Moradores Favela Jd. Nazaré I); Luiz Garcia Maldonado (Conselheiro Mov. Populares/CONSEHAB); Fabiana Almeida Oliveira Campos (Conselheira Mov. Populares/CONSEHAB); Maria Aparecida Pontes (Cons. Mov. Populares/Assoc. Unif. de Ações Pop. da Z. Norte); Arlindo Rodrigues da Silva (Cons. Mov. Pop./Assoc. Unif. de Ações Pop. da Z. Norte); Luiza Naomi Iwakami (Conselheira Soc. Civil/Centro Universitário Belas Artes de SP); Júlia Azevedo Moretti (Conselheira Soc. Civil/Belas Artes SP); Rafael Conde Macedo (Conselheiro Soc. Civil/PUC -SP); Caio Santo Amore de Carvalho (Cons. Sociedade Civil/IAB-SP); Erildo Xavier Feigel (Cons. Sociedade Civil/SCIESP); Flávio Tadeu Adriano Niel (Conselheiro Soc. Civil/APEMEC); Cristiano Goldstein (Conselheiro Soc. Civil/SINDUSCON-SP); Abelardo Campoy Diaz (Conselheiro Soc. Civil/SECOVI-SP); Hamilton de França Leite Júnior (Conselheiro Soc. Civil/SECOVI-SP); Flávio Higuchi Hirao (Cons. Sociedade Civil/USINA); Talita Alana Barbosa (Conselheira Soc. Civil/USINA); Flávio Carvalheiro (Conselheiro Soc. Civil/SINCOHAB); Renato Roberto Ribeiro (Conselheiro Soc. Civil/SINCOHAB); Luciana Bedeschi (Conselheira Soc. Civil/Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Ariovaldo Lopes de Souza (Conselheiro Soc. Civil/CREA-SP); Reinaldo Martines Ruiz (Conselheiro Soc. Civil/CREA-SP); Marcelo Manhães de Almeida (Conselheiro Soc. Civil/OAB) e Nelson de Oliveira Candelária (Conselheiro Soc. Civil/OAB). **Ausências justificadas do (a) Conselheiro (a)**: Margareth Matiko Uemura (Cons. Soc. Civil/Instituto Pólis) e Alexandre Marques Tirelli (Conselheiro Soc. Civil/SCIESP). Presentes os convidados (as): Ana Maria Maluf Moussalli (SEHAB/SECMH); Edmundo Fontes (COHAB-SP); José Eduardo Vilella (COHAB-SP); Osmar Silva Borges (COHAB-SP); Vera Lúcia Silveira Rosa de Barros (SEHAB); Mara Gomes (COHAB-SP); Ivanete de Araújo (ACMLJ-FLM) e Leandro Medeiros (COHAB-SP). Assinaram a lista outras 26 pessoas. Pauta da Reunião: 1) Aprovação da Ata da 12ª Reunião Ordinária do CMH realizada em 19/05/2016; 2) Apresentação do Plano de Investimentos de Habitação de 2016 por fonte de Recursos (FMH, FUNDURB, SEHAB, COHAB-SP, Operações Urbanas). Conselheira Denise Lopes de Souza; 3) Situação da desapropriação do imóvel localizado à R. Mauá, 342, Distrito República, Subprefeitura Sé. Conselheiro Celso Aparecido Sampaio. O Sr. Mário dá início aos trabalhos. Sr. Mário – Boa tarde a todos os conselheiros. Vamos dar início à 4ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Habitação. Gostaria de agradecer a presença de todos na reunião anterior, há dez dias, onde não foi possível cumprirmos toda a pauta. Então, propusemos esta reunião extraordinária porque um dos pontos que ficaram pendentes, e seria importante termos um tempo maior para debater, é principalmente estabelecendo no Conselho Municipal de Habitação o fórum central para a discussão da política municipal de habitação, a prestação de contas dos investimentos. E seria muito importante termos uma visão de todas as receitas e suas dinâmicas e quais os investimentos contemplados com cada fonte de recurso. A ideia central desta reunião hoje é fazermos uma apresentação num panorama geral para todos os conselheiros terem uma compreensão mais ampla dos recursos totais da secretaria e de como estamos enfrentando e pautando a política municipal de habitação. Item 1 O primeiro item da pauta é a aprovação da Ata da 12ª Reunião Ordinária do CMH, realizada em 19 de maio de 2016. Gostaria de consultar os conselheiros se todos receberam a ata da última reunião e se existe concordância com seus termos ou se alguém quer alterar algum ponto na ata da última reunião. Existe alguma alteração, alguma proposta de mudança? (Pausa) Em não havendo alteração, gostaria de consultar o Plenário se todos concordam com os termos em que foi redigida a ata, se ela estabelece realmente o que foi discutido, nos termos em que foi discutido. Todos estão de acordo com a aprovação da ata apresentada a todos. (Não há manifestação entre os presentes) Consideramos aprovada a ata da 12ª Reunião Ordinária do CMH. O Item 2 é exatamente a apresentação do Plano de Investimentos de Habitação de 2016 por fonte de recursos do FMH, FUNDURB, SEHAB, COHAB-SP e Operações Urbanas, recursos de transferências. A Conselheira Denise Lopes de Souza fará uma apresentação. Denise.. Item 2. Apresentação do Plano de Investimentos de Habitação de 2016 por fonte de recursos do FMH, FUNDURB, SEHAB, COHAB-SP e Operações Urbanas. (A Sra. Denise faz a apresentação do Item 2 da pauta). Boa tarde a todos. Iniciando a apresentação, vamos primeiro fazer um panorama geral sobre todas as fontes de recursos que hoje aportam e dão suporte às ações de habitação de forma geral. Iniciando por uma visão geral da proposta orçamentária 2016 e a previsão de recursos para 2016, que foi submetido à câmara. É um orçamento estimado em R$54 bilhões. É sempre importante entender esse número, que é baseado na expectativa de receitas, que todos os órgãos da administração pública informam à Secretaria de Finanças. E com base nessa expectativa de receitas é feita toda uma somatória e apurado. qual seria o valor do orçamento de cada exercício, onde podemos fazer a distribuição de despesas. Ao longo do exercício, essas receitas podem ser verificadas ou não porque é uma estimativa. Então, às vezes, ao final do exercício, a execução orçamentária fica menor do que a expectativa inicial. Mas todo o planejamento da prefeitura é feito com base na expectativa de receita no início de cada exercício. Então, aqui temos os R$54 bilhões, que é o orçamento previsto baseado na expectativa de receitas no início do exercício, e como esses R$54 bilhões são divididos em termos percentuais. Então, para investimentos, que é onde executamos a política habitacional, junto com as outras secretarias que também executam seus investimentos, como drenagem, infraestrutura, corredores, estamos aqui, nesses 14,31% destinados a investimentos. Desses 14,31%, 19% são destinados à habitação, o que corresponde a 2,8% do total estimado dos recursos. Então, se fosse 1%, seriam R$500 mil, R$1 bilhão, R$1,5 bilhão, mais ou menos. Agora, falando das fontes de recursos. Na habitação, a política municipal de habitação recebe recursos de diversas fontes. Ela recebe do Fundo Municipal de Habitação, do FUNDURB, que é o Fundo da Urbanização, do Fundo Municipal de Saneamento, das Operações Urbanas, do Governo Estadual e do Governo Federal. Aí vamos ver como funciona cada fonte dessas e para que pode ser aplicada. O FMH, cujo conselho é composto pelos senhores, foi instituído em 1994 por lei específica, destinado a apoiar e suportar financeiramente a política municipal de habitação. Fontes principais de recursos: municipais. No início do FMH, ele recebia muita fonte do Tesouro, porque era um Fundo que inicialmente seria fomentado com fontes do Tesouro Municipal, produziria suas unidades, e as unidades comercializadas realimentariam esse Fundo para novos investimentos. Só que o passo que se dá nesses ações todas é muito moroso. Então, vira e mexe o Fundo ainda depende de recursos municipais. Retorno de seus investimentos e de outorga onerosa de legislações específicas. Algumas legislações, por exemplo, na antiga legislação de operação interligada, que não existe mais, parte dos recursos eram direcionados ao FMH, assim como temos legislações específicas que definem também. Aqui um exemplo de aplicação do FMH, que é o Edifício Asdrúbal do Nascimento, 40 unidades, que recebe esse recurso do FMH. O próximo recurso também é do Fundo de Desenvolvimento Urbano, instituído em 2002, com o Plano Diretor antigo, na Lei nº13.430. Foi alterado em 2014 pela lei recente, do Plano Diretor Estratégico. É um mecanismo de financiamento para transformação da cidade, com obtenção de recursos de outorga onerosa e transferência de potencial construtivo. Então você tem um particular que no zoneamento atual existente na cidade tem interesse em edificar um pouco mais do que o permitido. Então, ele pode, por um procedimento estabelecido na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, comprar esse potencial a mais, que é permitido na legislação, e esse recurso entra no FUNDURB e tem algumas destinações específicas. No nosso caso, em especial, na última lei do Plano Diretor, ele teve uma agravação legal de que 30% dessa arrecadação são destinados obrigatoriamente à aquisição de áreas para produção de habitação social. Desde que essas áreas estejam localizadas em macroáreas de desenvolvimento. São três macroáreas estabelecidas no Plano Diretor. Então, também é a segunda fonte de recurso usada para desenvolvimento da política habitacional. Como exemplo do que estamos executando nessa fonte, aquisição de áreas para produção habitacional, aqui são algumas áreas que já vêm sendo adquiridas desde 2015, para viabilizar habitação de interesse social. Um exemplo aqui, Abrahão Calux, para execução de 406 unidades destinadas à produção do Minha Casa Minha Vida. Essa é uma das destinações em que utilizamos o recurso do FUNDURB. No FUNDURB, existem representantes deste Conselho, titular e suplente. Agora, nessa próxima composição do Conselho, haverá uma nova eleição de representantes para o FUNDURB. No Fundo Municipal de Saneamento Ambiental, esse Fundo fica na Secretaria de Habitação. Aqui também temos representantes deste Conselho no Fundo Municipal de Saneamento Ambiental. É o Rafael e a Eliete. Na próxima administração do Conselho, também teremos eleições para participação. Então, aqui o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental é mais recente, de 2009. Ele é destinado a investimentos e assentamentos precários, habitação e saneamento e infraestrutura urbana. Os recursos desse Fundo são oriundos de repasse. Parte da receita da SABESP, 7,5%, que ela arrecada com a prestação de serviços no município. São deduzidos alguns impostos. Ele vai para esse Fundo e esse Fundo tem também seu plano de aplicação de investimentos na cidade. Por exemplo, aqui, é uma das áreas que o Fundo aporta recursos, Favela do Sapé. A principal aplicação desse Fundo, sempre temos que observar o objetivo final que se pretende fazer, que é a regularização do saneamento. Pode produzir unidades habitacionais, desde que a demanda destinada a essas unidades habitacionais seja oriunda de uma área onde está se regularizando o saneamento, ou removendo, ou seja, revitalizando aquela área, às vezes por alguma obra pública que esteja passando lá. Então, um exemplo um pouco mais de perto do Sapé. Aqui era a situação inicial do córrego e da área. Aqui durante a execução das obras, canalização e remoção. Parte das famílias vai receber infraestrutura permanecendo nas unidades. E parte das famílias, que não era possível sua permanência, foi removida e vai voltar para as unidades que foram construídas. Aqui já é o estágio da obra, a área é dividida em duas partes. Estágio da obra já finalizada. Operações Urbanas. Também visam a promover melhorias em regiões pré-determinadas da cidade, através de parcerias entre o Poder Público e a iniciativa privada, por meio de leis específicas. Operações Urbanas difere um pouco daqueles recursos do FUNDURB, porque o recurso do FUNDURB pode ser obtido na cidade, em qualquer local, dependendo do interesse do particular que queira promover uma habitação com aproveitamento maior da região. Operações Urbanas define perímetros na cidade onde houve uma análise de indicação de que determinada região da cidade precisa revitalizar, precisa modificar, precisa passar por renovação. Então, a prefeitura propõe leis específicas e aprovam-se na câmara perímetros específicos das operações. É feito um estudo de viabilidade de quanto aquela região pode melhorar em termos de capacidade de aproveitamento. Essa capacidade de aproveitamento adicional é transformada em certificado de potencial de conclusão, que são vendidos, entre aspas, no mercado. E o retorno desse recurso só pode ser investido no perímetro daquela operação. Ou em melhoria de infraestrutura ou produção habitacional para as áreas de assentamento precário que estão lá. Então, um exemplo de aplicação de Operações Urbanas aqui, na Operação Urbana Faria Lima, temos aqui o Jardim Edite, no final da Roberto Marinho. O Jardim Edite, como ele era, os prédios da Berrini, o contraste, e já o Jardim Edite construído, totalmente financiado com recursos da Operação Urbana. Fontes do Governo Estadual. Temos fontes de convênios com a CDHU, Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbana, e também convênios com a SABESP. Esse recurso de convênios específicos da SABESP não se confunde com aquele recurso do Fundo Municipal de Saneamento. Além daquele recurso, são possibilitados convênios específicos com a SABESP. Quando a prefeitura está atuando num assentamento que é precário e precisa de um equipamento de saneamento muito caro, não vamos gastar do nosso dinheiro. Então, pedimos um convênio específico com a SABESP porque é uma obra pública, que a cidade vai utilizar. Exemplos aqui: Nova Jaguaré, viabilizado pelos recursos do CDHU, convênio específico. Agora, indo para o Governo Federal. No Governo Federal temos os PACs, onde o PAC tem diversas linhas de recursos que utilizamos na habitação. PAC Moradia Digna para apoiar ações de melhoria e condições de assentamentos precários. Um exemplo aqui é do Heliópolis G. Esse empreendimento teve recursos do PAC. Temos também os recursos federais no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, Faixas 1 e 2. Aqui temos um quadrinho de um balanço de 2009 a 2012, tanto para FDS, como urbanizações, como FAR, nas Faixas 1 e 2, o que foi viabilizado com esses recursos para produção habitacional e, de 2013 a 2016, essas unidades aqui, parte delas já se consolidou e parte delas ainda está em estudo, em avaliação, por conta até das recentes modificações das destinações de Brasília. Então, temos, nesse período todo, um aporte potencial para 40 mil unidades. E aqui um exemplo: Residencial América do Sul, perto do CEU Três Lagos, na Zona Sul, com execução de 1188 unidades. Também o Programa Minha Casa Minha Vida abordando recursos para execução de empreendimentos vinculados a intervenções de infraestrutura, que foram contratadas com recursos do PAC. Por exemplo, o Ponte Baixa, que é uma canalização com outras intervenções diversas feitas pela Secretaria de Infraestrutura Urbana, perto da Estrada do M'boi Mirim, paralelo à Estrada M'Boi Mirim, onde existem recursos do PAC para viabilizar a infraestrutura e para viabilizar as unidades habitacionais do Minha Casa Minha Vida para reassentamento dessas famílias que tiveram que ser reassentadas. Aqui, a situação inicial das obras de canalização. E já num estágio bastante avançado. É uma obra que consegue finalizar esse ano. As unidades habitacionais da primeira área que foi viabilizada – há mais uma que está sendo desapropriada – para reassentamento dessas famílias. Então, essa visão geral vai depender de como a habitação é desenvolvida no Município de São Paulo. São várias fontes, com várias origens, com várias destinações e vamos encaixando as necessidades nessas várias disponibilidades. Sr. João - Queremos cada vez mais trazer essa discussão do conjunto da estruturação financeira da política habitacional porque faz mais sentido discutirmos o varejo de algumas questões se tivermos sempre o domínio do geral. Essa estruturação apresentada, que tem uma grande diversidade de fontes de financiamento, é bastante peculiar, é muito positiva. Temos aqui uma paleta de possibilidades de financiamento que é interessante porque é muito diversificada: FMH, FUNDURB, FMSAI, Operações Urbanas, Governo Estadual e Federal. O problema é que, nos últimos anos, estávamos, como todos os municípios no Brasil e como todos os governos, porque o Governo do Estado fez a mesma coisa, pendurados demais ao último pedacinho, que é do Governo Federal, em função do Minha Casa Minha Vida. Estamos propondo a ampliação dessa paleta, no sentido de não ficarmos tão dependentes do Governo Federal. É claro que toda política de financiamento federal com o escopo, com a dimensão do Minha Casa Minha Vida é bem-vinda. Mas não podemos ficar dependentes somente disso. Todo nosso projeto de estruturação financeira para o Plano Municipal de Habitação está em torno de empoderarmos o FUNDURB, de empoderarmos o FMSAI, de continuarmos trabalhando com essas fontes, mas não dependermos delas. Hoje em dia o que temos em caixa, sobretudo, é FUNDURB, FMSAI e Operações Urbanas. Não é suficiente e precisamos aumentar a parcela que vem do Tesouro Municipal, que vem pelo FMH. Existe uma perspectiva muito grande para isso. Mas a ideia é mostrar que, do ponto de vista de sua arquitetura financeira, a política municipal de habitação não é ruim, não está atrasada. Ela é atualizada. Ela é interessante porque é diversificada. O que precisamos agora é fazer uma batalha política e econômica, para conseguirmos que todas essas caixinhas, inclusive, a do Governo Estadual, estejam sempre mais recheadas. O que temos é uma perspectiva muito boa em relação a ampliar o papel do Fundo a partir da próxima gestão. **Sr. Mário** - Temos uma previsão de receita e em cima da previsão de receita se fixam as despesas, se coloca um teto para as despesas. O orçamento, como é enviado para a Câmara em setembro, muitas vezes, em decorrência da situação econômica do país, do município, podem haver alterações porque temos uma previsão que pode ser ou maior do que o previsto, se há um crescimento econômico, se a economia está aquecida, ou uma previsão a menor. Se temos uma previsão a menor, a Secretaria de Finanças começa a controlar os gastos para não gastar a mais do que tem, para enquadrar despesas na previsão de receitas. Então, às vezes, temos um contingenciamento do orçamento e só é autorizado gastar uma parcela daquele total. Então, às vezes, temos um contingenciamento do orçamento e só é autorizado gastar uma parcela daquele total. Previmos gastar cem, mas se diz: "Olha, estamos prevendo que a receita será 20% menor. Então, só vamos autorizar a despesa de oitenta". Porque os conselheiros que estão participando por exemplo do FUNDURB, do FMSAI, cada Fundo também tem uma dinâmica e uma lógica. Por exemplo, o FMSAI, ano passado, tivemos a crise hídrica e o recurso caiu muito em relação a dois anos atrás. Este ano, está chovendo e estamos com uma expectativa de que a receita da SABESP vai melhorar. Então, o FMSAI talvez tenha recursos. O FUNDURB depende do mercado imobiliário. Então, em cada reunião, às vezes, vimos para falar: "Olha, o dinheiro vem; não vem; é menos". E esse recurso é o que foi disponibilizado. Ele já não é o que está naqueles 14% de capacidade de investimento prevista nos R$54 bilhões, que estávamos falando: "Olha, temos, dos R$54 bilhões de orçamento, 19% para investimento". A primeira coisa que cortam é o investimento porque o investimento é o recurso possível de se manobrar mais, porque deixam-se de fazer determinadas coisas. Por exemplo, a folha de pagamento, despesa com custeio, despesas permanentes, é muito mais difícil de cortar. Apesar de haver uma orientação de cortar custeio também de finanças, que foi para adequar a despesa à receita prevista. Só esse parêntesis. Quando a Denise diz que esse é o recurso disponibilizado, é o que temos previsão real de que deve acontecer, mas ainda é menor do que tínhamos de expectativa . **Sra. Denise** - Perfeito. É isso mesmo. Quais programas são executados hoje, sempre lembrando além do FMH. Temos Programa de Urbanização de Favelas. Hoje nessa posição ele tem: R$86,9 milhões oriundos do FMSAI; R$16,380 milhões do FUNDURB. Então, aquela possibilidade de aplicação de investimentos do FUNDURB, além dos 30%, que são para desapropriação, já estamos também conseguindo programar. Operações Urbanas, R$86 milhões. Oriundos do PAC, R$5,5 milhões. Do CDHU, R$7,5 milhões. Então, para o Programa de Urbanização de Favelas, R$202 milhões. Programa Mananciais, R$36,1 milhões do FMSAI e nenhum recurso adicional de outras fontes, lembrando que havia uma expectativa grande da terceira fase do Programa Mananciais ter recursos consideráveis do PAC, o que não se concretizou. Então, desses recursos, já vamos abrir o detalhamento para ver onde estão sendo utilizados. Programa de Regularização Fundiária, R$17,8 milhões do FMSAI e R$17,8 milhões do FUNDURB. Para desapropriações, R$2,3 milhões no FMSAI e R$87,3 milhões do FUNDURB, lembrando por que tenho desapropriação fora do FUNDURB? Porque determinada área não está localizada nas macroáreas com possibilidade de uso dos 30% de recursos destinados. E Casa Paulistana, que está sendo alocado dentro do FUNDURB, R$47,8 milhões. Então, no total, hoje, temos um recurso de R$411 milhões passíveis de execução, com garantia de compromissos que podem ser assumidos e saudados até o final do ano, cada um com seu planejamento e seus contratos. Vamos passar agora rapidamente por cada programa para terem uma visão do que está sendo feito. No Programa de Urbanização de Favelas, temos aqui as áreas que ainda estão sob intervenção, de contratos antigos, contratos que vem sendo executados de longa data, justamente pela dificuldade de recursos que se tem a cada ano, para seu andamento. Vamos dar uma olhada em cada um deles. Heliópolis Gleba H, com recursos destinados, estão sendo executados 240 unidades. Essa parcela do Heliópolis é que está sendo executada com esses recursos. Há áreas, frentes paralisadas, que não serão retomadas este ano ainda, porque não há recurso suficiente para isso. Paraisópolis, terceira etapa, os recursos estão sendo destinados à recuperação desse talude, dessa área que está em risco. Ela foi reocupada e foi já desocupada. Então, as obras se concentram nessa área para recuperação. E já executados o pavilhão social, central de triagem, que são equipamentos executados. Hoje os recursos se concentram no Parque Sanfona. Sapé B, ainda em execução, tem 174 unidades. Com os recursos disponibilizados ainda não é possível a finalização desse empreendimento. O gabinete está solicitando recursos adicionais para conseguir terminar o Sapé B. O Sapé A já está finalizado. Falta o Sapé B. São essas unidades que estão em execução. Viela da Paz é uma área que tem um termo de compromisso ajustado com o Ministério Público, onde acompanham o cronograma dessas obras. São 224 unidades que estão sendo executadas. Mas há outras frentes ainda a serem iniciadas, que estão paralisadas porque só conseguimos programar condomínios para que se consiga terminar, para não começar todas as frentes e não acabar nenhuma. Lidiane. Essa é uma área que tem inclusive recursos do CDHU também. São 221 unidades. Ela fica perto da Ponte Júlio de Mesquita Neto, Centro de Tradições Nordestinas. Essa é uma obra que passou por um período de dificuldade de sua execução por conta da empresa contratada. Agora, a ideia é que retomem rapidamente para concluir essas unidades. O Bamburral é uma área que vão finalizar serviços de contenção. Não vão dar continuidade ainda às unidades habitacionais. Os serviços irão se concentrar na contenção. Ponte dos Remédios e Diogo Pires. Esse contrato também teve um problema. A empresa faliu, fechou o canteiro, teve que buscar a segunda colocada na licitação e não deu certo. Foi buscar a terceira colocada na licitação. Agora retomou com essa empresa. Então, quando temos dinheiro, não temos sorte no contrato. Quando temos contrato bom, não temos dinheiro. É um problema. Mas agora as obras estão sendo retomadas em ritmo acelerado aqui, principalmente, na Ponte dos Remédios. Então, na Ponte dos Remédios, são 340 unidades. No Diogo Pires, essas unidades estão sendo viabilizadas, só que não é possível a finalização desse empreendimento porque as áreas foram invadidas. Há áreas externas invadidas. E essa situação é muito complicada porque os prédios estão nessa configuração e foram invadidos recentemente. Chácara São Judas, é uma finalização de infraestrutura que termina este ano. Zaki Narchi é um monitoramento de gases, que fica naquela região próxima ao Center Norte, ao Novo Hotel, que era uma área de aterro que começou a ter muitos gases. Então, é monitorado o tempo todo. Real Parque está dentro da Operação Urbana. É uma intervenção que termina, entrega 112 unidades este ano. Estevão Baião. Temos aqui a finalização da estrutura desse prédio e existe um contrato adicional para fechamento, para término e complementação do acabamento. Jardim Edite, apresentei naquela fonte de recursos a parte finalizada e aqui é uma segunda etapa do Jardim Edite. A finalizada está aqui e está agora numa segunda etapa de execução. Agora, partindo para projetos do Renova, que foram lançados há alguns anos e são vários perímetros do Renova na região Sul e Sudeste. Tenho Oratório; Meninos; Água Espraiada; Pirajussara; Morro do S; Ponte Baixa; outro Pirajussara e Cordeiro. E nas regiões Norte e Leste, os perímetros Cabo Sul de Baixo, 4, 5, 10, 12; Cabo Sul de Cima, 7 e 8; Jardim Japão e Água Vermelha. Alguns projetos estão finalizando. Uma primeira etapa de projetos finalizando. Tivemos dificuldades no desenvolvimento desses projetos. Mas temos uma primeira parte finalizando, que ainda recebe recursos. Hoje estão alocados no Fundo Municipal de Saneamento. Já estiveram no FUNDURB. Entrando agora em outro projeto, Mananciais, outro programa. O Mananciais, como comentei, a expectativa de vinda dos recursos federais não se concretizou. Então, hoje, o aporte de recursos municipais está restrito às áreas com condenação judicial para remoção de famílias em risco, R3 e R4, em algumas áreas que estavam programados projetos. Esses são os lotes de intervenção, mapeamento, Programa Mananciais Fase 3. E aqui o que está sendo viabilizado. Definido lote 1, que é o Boulevard da Paz. Só vai ter ação para cumprimento de ação judicial e remoção de risco. Jardim Arnaldo. Também uma remoção de risco e uma canalização de um trecho dessa área. Por que essa canalização? Porque houve remoção de famílias. O Secretário Adjunto Mário esteve lá semana passada, depois da chuva, e se assustou, porque realmente a situação está muito difícil lá. Houve uma remoção de famílias e agora tem que fazer a obra de canalização para viabilizar essas famílias no local. Arizona. São pequenas infraestruturas necessárias também; não é grande coisa. Alto da Alegria e Roschel. O Alto da Alegria com ação de remoção e risco também. No Jardim Eldorado, é uma pequena infraestrutura programada também, Mata Virgem. E Cantinho do Céu e Jardim Rodrigo. Também uma pequena infraestrutura necessária para executar. O Programa Mananciais infelizmente está restrito neste ano a essas pequenas intervenções pela falta de recursos disponíveis para uma intervenção maior. Então, o Programa de Regularização Fundiária. Nesse programa, as áreas que estamos trabalhando hoje e intervenções, porque temos a parte de regularização fundiária, que é de regularização documental que também está andando. Aqui é de intervenções. Então, Jardim Continental, Parque das Flores, que é um loteamento. Aqui o Sítio Itaberaba, que é outro loteamento, que tem Ministério Público também, ação judicial envolvida. E dois empreendimentos do antigo Cingapura que estão passando por revitalização, que é aquele Programa 3R, de revitalização, recuperação de crédito e regularização. Então, esses dois empreendimentos estão aqui: Campo Grande e Parque Otero. O Jardim Continental, Parque das Flores, é intervenção com infraestrutura. Aqui está a área. Nesse Parque das Flores há uma área de risco que está recebendo recursos do PAC, via coordenação das subprefeituras. Então, ele não entra no nosso leque de fontes porque a fonte está sendo da SMSP, que é focada só no risco e entramos com toda a execução da infraestrutura local para regularização. Sítio Itaberaba é uma área de risco que tem um Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público. Também infraestrutura e vários trechos de contenção. Entrando agora nas desapropriações. Temos hoje programadas desapropriações com recursos do FUNDURB e aquele recurso do FMSAI. Estão programadas todas essas áreas, na verdade, imóveis, porque também existem prédios aqui. Então, aqui temos uma concentração grande de prédios na região Central da cidade, que estão sendo desapropriados. Secretário, aqui já é a linha de ação proposta por essa

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quinta-feira, 16 de junho de 2016 às 02:09:52.